



ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E DOMINAÇÃO MASCULINA NA VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA

ESTEREOTIPOS DE GÉNERO Y DOMINACIÓN MASCULINA EN LA EXPERIENCIA UNIVERSITARIA

GENDER STEREOTYPES AND MALE DOMINATION IN THE UNIVERSITY EXPERIENCE

Marcella Moscovitch Meneses¹
Rafaela Evangelista Resende²
Betânia Diniz Gonçalves³

RESUMO: Esse artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa que se utilizou de entrevistas semiestruturadas, em que participaram mulheres que se diferenciam pela classe social que ocupam e pela raça autodeclarada, visando analisar a estrutura social sexista dentro das universidades e como a discriminação de gênero nesse ambiente afeta a vivência feminina em diversos aspectos. Após uma breve retrospectiva da inserção da mulher na academia, e igualmente, da dominação masculina e suas origens, datada desde 612 AEC., na qual começaram a definir os papéis esperados que o sexo feminino e o masculino reproduzissem, foi possível colocar em evidência algumas práticas que mantêm, mesmo que de forma sutil, um sistema de poder centrado em gênero na sociedade e reproduzido na Universidade. A exposição dos problemas vividos pelas mulheres entrevistadas torna clara a necessidade de ação por meio das universidades que, enquanto instituições promotoras de conhecimento, deveriam andar de forma paralela às lutas por igualdade e não em consonância com o patriarcado. Desta forma, a escolha desse tema foi de modo a viabilizar novas discussões e reflexões sobre o mesmo, e reafirmar a importância de ocupar espaços acadêmicos sob a perspectiva feminina. A pesquisa foi baseada em diversos autores, contudo as teorias mais utilizadas foram retiradas do trabalho de Simone de Beauvoir (1949) e Gerda Lerner (1986) que, além de apresentarem conceitos importantes para a constituição do artigo, também compactuam com a necessidade de priorizar uma maior visibilidade às mulheres na academia.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Patriarcado; Dominação masculina; Universidade; Gênero.

RESUMEN: Este artículo es el resultado de un análisis cualitativo que las entrevistas semiestructuradas también comprendidos en el que participaron mujeres que se diferencian por la clase social y la raza auto-declarado, con la intención de analizar la estructura social sexista dentro de las universidades y de cómo la discriminación de género en este entorno afecta a la experiencia femenina en varios aspectos. Después de una breve retrospectiva de la inserción de la mujer en la academia, y, también, de la dominación masculina y sus orígenes, fechada en el 612 a.C., en que se empezaron a definir los roles esperados que la mujer y el hombre deberían reproducir, fue posible destacar algunas prácticas que mantienen, incluso de manera sutil, un sistema de poder centrado en el género en la sociedad. La exposición de los problemas vividos por las mujeres entrevistadas deja en claro la necesidad de que las universidades actúen, considerando que, como instituciones promotoras del conocimiento, deben luchar por la igualdad y no caminar en línea con el patriarcado. Así, la elección de este tema fue con el fin de realizar nuevas discusiones y reflexiones sobre el mismo y reafirmar la importancia de ocupar los espacios académicos desde la perspectiva femenina. La investigación se basó en varios autores, sin embargo, los conceptos más utilizados fueron tomados del trabajo de Simone de Beauvoir (1949) y Gerda Lerner (1986) quienes, además de presentar nociones importantes para la constitución del artículo, también muestran la necesidad de priorizar una mayor visibilidad para las mujeres en la academia.

PALABRAS CLAVE: Mujeres; Patriarcado; Dominación masculina; Universidad; Género.

ABSTRACT: This article is the result of a qualitative analysis that also included semi-structured interviews in which participated women who differ by social class and by self-declared race, intending to analyze the sexist social structure within universities and how gender discrimination in this environment affects the female experience in several aspects. After a brief retrospective of the insertion of women in the academy, and, also, of male domination and its origins, dated from 612 BCE., In which they began to define the expected roles that the fe-

¹ marcellamoscovitch@hotmail.com

² rafaelaresende52@gmail.com

³ betaniadg@pucminas.br

male and males should reproduce, it was possible to highlight some practices that maintain, even in a subtle way, a gender-centered power system in society. The exposure of the problems experienced by the women interviewed makes clear the need for universities to act, considering that, as knowledge-promoting institutions, they should fight for equality and not walk in line with patriarchy. Thus, the choice of this theme was in order to make new discussions and reflections on it and reaffirm the importance of occupying academic spaces from the female perspective. The research was based on several authors, however, the most used concepts were taken from the work of Simone de Beauvoir (1949) and Gerda Lerner (1986) who, in addition to presenting important notions for the constitution of the article, also show the need to prioritize greater visibility to women in the academy.

KEYWORDS: Women; Patriarchy; Male domination; University; Gender.

1 INTRODUÇÃO

Ao analisar as estruturas sociais que embasam a dominação masculina, parte-se do pressuposto que o corpo e sua forma anatômica possibilitam a identificação do indivíduo com um determinado sexo. Seguindo essa lógica, segundo Tomé (2017), as significações de ser homem ou mulher são construídas num processo que molda e define o que se caracteriza como gênero. Nesse sentido, com a construção dos gêneros se estabelecem papéis de representação e expressão de masculinidades e feminilidades, definidos como estereótipos de gênero.

Esse conceito é um tema discutido há pelo menos 70 anos, quando, em 1949, Simone de Beauvoir lança seu livro "O Segundo Sexo", que discute o desenvolvimento da opressão masculina por meio da análise da história, da literatura e dos mitos, atribuindo os efeitos contemporâneos dessa opressão ao fato de ter-se estabelecido o masculino como norma positiva. Hoje, no séc. XXI, o debate acerca dessa temática não se mostra menos relevante, principalmente ao julgar que "[...] os ambientes educacionais têm sido considerados importantes vetores de reprodução das hierarquias centradas no gênero." (SAYÃO, 2003).

Dito isso, levando em conta que o número de mulheres que ingressam no campo acadêmico está em um crescimento constante — conforme dados do INEP no último levantamento em 2016, um percentual de 57,2 dos 4 estudantes matriculados em cursos de graduação são mulheres — faz-se necessário identificar as ferramentas de dominação presentes nesses espaços que visam, entre outros, aspectos, silenciar a figura feminina. Desse modo, partindo do pressuposto de que os estereótipos de gênero compactuam com a perpetuação dessa dominação, o intuito do artigo em questão é caracterizar esses estereótipos, observando quais estão presentes nas universidades, e como que, a partir deles, emergem atitudes discriminatórias que geram determinada hierarquia entre homens e mulheres. Ademais, buscou-se fazer uma revisão histórica, partindo do surgimento do patriarcado, para melhor entender o domínio do sexo masculino. E, por fim, discorrer a respeito da inserção da mulher na academia ao longo dos anos, verificando como as que as opressões sofridas as afetam.

Para tanto, foi analisado o relato de três universitárias da cidade de Belo Horizonte, que permitiu uma maior aproximação das discriminações que influenciam na vida de uma mulher no meio acadêmico, em virtude do papel esperado que ela exerça. Logo, a proposta da pesquisa ao evidenciar as formas de opressão sofridas pelo sexo feminino é permitir criar jeitos de minimizar os impactos negativos na vida das universitárias, possibilitando que elas possam ocupar um lugar que é seu por direito.

Assim, este artigo está dividido em cinco capítulos. No primeiro é apresentando uma discussão teórica pautada pelo contexto histórico dos conceitos de gênero, patriarcado e dominação. No segundo capítulo elucida-se o termo estereótipo, associado às desigualdades de gênero, e descreve as discriminações acometidas em função dele. Já no terceiro é feito uma descrição a respeito da entrada das mulheres nas universidades, demonstrando como esse direito foi alcançado e o que ele significa para as mesmas. O quarto capítulo traz os dados da pesquisa, o método utilizado, a caracterização das entrevistadas e a análise realizada com base no que foi coletado. E por último são evidenciadas as considerações finais, ou seja, as conclusões chegadas após tudo isso feito.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Dominação, gênero e patriarcado, uma breve revisão histórica

O uso do termo gênero e patriarcado é cada vez mais comum no cotidiano. Muitos falam sem saber, de fato, o que representam, desconhecendo a história e função que circundam estes termos na sociedade. Destarte, acreditamos ser de grande importância explicar suas origens, sendo necessário compreender o que nos rege enquanto pessoas e sociedade, para quem sabe, assim, ser possível transformar o futuro. O patriarcado, de acordo com Gerda Lerner (1986), foi criado em um longo processo que durou cerca de 2500 anos para ser completado - formalizado. A mulher devido, principalmente, às suas capacidades sexuais e reprodutivas, era usada como moeda de troca antes mesmo da existência de uma civilização ocidental, era comum a troca de mulheres entre tribos pela lógica que quanto mais mulheres maior seria o número de crianças e de mão de obra, ou também como oferta de paz. A classe “homem” tinha direito sobre a classe “mulher”, mas a recíproca não era verdadeira, como cita o livro:

Mulheres foram trocadas ou compradas em casamentos para os benefícios de suas famílias; mais tarde elas foram conquistadas ou compradas na escravidão, onde seus serviços sexuais eram parte dos seus trabalhos e onde suas crianças eram proprieda-

des do seu mestre. Em toda sociedade conhecida foram as mulheres de tribos conquistadas as primeiras a serem escravizadas, onde os homens eram mortos. Foi apenas depois dos homens terem aprendido como escravizar de grupos que poderia ser definida como estranhas, que eles aprenderam como escravizar homens desses grupos e, após, subordinar de suas próprias sociedades. (LERNER, 1986, p.213).

Nas sociedades mesopotâmicas, em torno de 612 AEC – 539 AEC, em busca de alcançar o interesse econômico familiar desejado, era comum os homens mais pobres venderem suas filhas para outro homem, a fins de casamento ou para a prática de prostituição. Pode-se falar que estas mulheres e crianças representavam o primeiro acúmulo de propriedade privada. A mulher não foi, entretanto, reificada, não como um todo pelo menos, mas sim sua sexualidade e capacidade reprodutiva. É importante a diferenciação. Diante disso, é possível entender que as mulheres estavam em desvantagem em diversas áreas e também restringidas psicologicamente. Vale ressaltar que ambos os sexos quando estão em situação de opressão, lutam pela emancipação e libertação de seus ideais. Contudo, as mulheres precisam lutar contra formas de dominância muito diferentes que os homens, colocando-as atrás dessa corrida por direitos (Lerner, 1986).

Considerando os parágrafos acima, é possível constatar o primeiro papel de gênero social formado: o homem é o que faz a transação, define as regras da troca e executa os pagamentos e, a mulher, será trocada principalmente para casamentos. Decorrente disso, outros papéis de gênero foram sendo criados, como o de “dona de casa”, por exemplo, que iniciou com as esposas dos homens ricos e da elite e, apesar dessa posição fornecer alguns privilégios básicos, tudo dependia da sua performance na prestação de serviços domésticos e sexuais. Caso a execução não fosse satisfatória para o homem, a mulher seria trocada e perderia seus status e privilégios de forma muito rápida. Esse modelo binário se repete por vários séculos e isso corroborou com a fixação do patriarcado como único modo de vida possível. O questionamento de práticas milenares, como o casamento, por exemplo, é a única forma de conseguir entender as minúcias desse sistema que tanto atrasa os avanços das mulheres.

A família patriarcal tem sido incrivelmente resiliente e variada em diferentes tempos e locais. O patriarcado oriental incorporou a poligamia e manteve as mulheres presas em harems. Patriarcado na antiguidade clássica e no desenvolvimento da Europa foi baseado na monogamia, nas suas formas de duplo padrão sexual, que não é vantajoso para as mulheres, é parte do sistema. No estado industrial moderno, como os Estados Unidos, as relações de propriedades dentro da família desenvolveram linhas mais de igualdade do que as que o pai possui poder absoluto, mas nas relações econômicas e sexuais dentro da família não mudaram necessariamente. Em alguns casos, relações sexuais são mais iguais, enquanto as relações econômicas mantêm-se patriarcais; em outros casos o padrão se reverte. Em todos os casos, no entanto, tais mudanças dentro da família não altera a dominação masculina no ambiente público, nas instituições e no governo. A família não apenas reflete a ordem do estado e edu-

ca as crianças a seguir ele, mas também cria e constantemente reforça essa ordem (LERNER, 1986, p.216- 217).

Diferentes filósofos têm diferentes visões, mas a grande maioria concorda que, em algum ponto, existe uma dominação entre classes, gêneros, raças, que quando somadas causam uma interseccionalidade que colocam uma mulher negra e lésbica em desvantagem a uma mulher branca e lésbica, por exemplo. Desse modo, numa sociedade pautada em classes, é difícil para pessoas que detém algum tipo de poder, mesmo que mínimo, possam se ver como subordinadas ou inferiores, justamente por haver outras que estão em desvantagem. Para Marx (1984, p.23), “[...] o trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos.”, ou seja, o trabalho das mulheres começou a ser utilizado pelo sistema capitalista com a chegada da maquinaria.

Apesar do labor fornecer algum tipo de independência que antes não era possível, as mulheres continuavam diretamente ligadas ao marido, e deveriam dar somente a ele todas as satisfações referentes à sua vida, o que impossibilitava qualquer desenvolvimento de solidariedade feminina. Diversas conquistas ocorreram nesses quase quatro mil anos do surgimento do patriarcado, mas devemos ter em mente todos os resquícios que isso deixou. A mentalidade da sociedade foi construída e moldada para atender os desejos do homem, criando uma lei invisível que se adapta com o passar dos anos de forma tão natural que não levantam suspeitas de que algo está errado e, por isso, quando alguém consegue romper com esse ciclo e denunciar as injustiças, muitas vezes é visto como lunático, ou até mesmo, desordeiro.

2.2 Os estereótipos e a dominação

Podemos entender que, inicialmente, os gêneros, como construto social, são estabelecidos a partir dos órgãos sexuais, ou melhor, o indivíduo é identificado com determinado sexo em consonância com sua anatomia. A partir dessa identificação, são estruturadas representações do ser homem e do ser mulher. Essas representações irão dizer a forma como cada um deve se expressar e se portar diante do social, sendo chamadas de estereótipos de gênero, que conseqüentemente, determinam o papel de cada gênero na sociedade. Etimologicamente, o termo estereótipo vem das palavras gregas *stereo* (rígido) e *tipo* (traço), e conforme Ferreira (2000, s/p) refere-se a “tornar fixo, inalterável”. E segundo Belo e col. (2005) pode ser assim conceituado:

[...] processo de formação de impressão, que constitui um conjunto de avaliações afetivas, morais e instrumentais, elaboradas a respeito de uma pessoa. Possui a capacidade de orientar o percebido em suas relações com o meio social (BELO e col., 2005, p. 8).

Em outras palavras, é um conjunto de crenças individuais e coletivas acerca dos atributos que descrevem os membros de certos grupos sociais. Quando relacionado ao gênero, os estereótipos estão associados à informação sobre a aparência física, atitudes e interesses, traços psicológicos, relações sociais e atividades profissionais. Analisando as características de personalidade tem-se que elas são construídas e conservadas como parte de um sistema de valor, apresentando traços que ficam divididos pela construção de masculinidade e feminilidade. Relativo ao masculino, os traços que o caracterizam podem ser apresentados como individualistas ou instrumentais, em que o homem é visto, por exemplo, como independente, racional e agressivo. Enquanto os traços coletivistas ou expressivos são pertinentes ao feminino, configurando a mulher como dócil, amorosa e delicada, entre outras coisas (MELO E COL., 2004, P. 252).

Essa dissemelhança de expressão dos gêneros é reafirmada e normatizada pelo sistema vigente, um dos meios que possui essa função pode ser apontado como o midiático. Nesse sentido, cita-se como modelo uma matéria jornalística publicada pela revista *Veja*, em abril de 2016, intitulada “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar”. Tal matéria torna explícito o papel atribuído às mulheres, como sujeitos que sofrem coerções de uma formação ideológica, marcando a colocação de mulher esposa, como um lugar decorativo e passivo, ocupando, destarte, a posição de inferior e submissa aos homens.

Ademais, verifica-se que alguns dos marcos da diferenciação dos gêneros encontram-se na educação informal e formal, ou seja, na socialização primária e secundária. Aquela, de acordo com Vieira (2006), inicia-se na família, através das expectativas e tratamentos diferenciais consoantes ao sexo do bebê, e será processada ao longo de toda a vida do indivíduo. Enquanto essa, a socialização secundária, tem como agente o sistema educativo, sendo o mesmo reprodutor de desigualdades, uma vez que é influenciado pelo contexto social circundante e pelo processo de socialização de seus colaboradores: professores e professoras, funcionários e funcionárias.

A educação informal mediante um trabalho pedagógico de nomeação, inculcação e incorporação, socializa as crianças para os papéis de gênero através de variadas e constantes estratégias educativas de diferenciação, na maior parte das vezes implícitas nas práticas de vários agentes e instituições como a família, a escola e os meios de comunicação (OLIVEIRA e col., 2016, p.24).

Nesse sentido, compreende-se que os estereótipos de gênero estão presentes em todos os espaços culturais e sociais, inclusive no meio acadêmico, que deveria ser um promotor de mudanças. Assim, fazendo uma análise específica desse meio, com base em Oliveira e col. (2016), observa-se que ele reproduz substancialmente três atributos a figura feminina: organização, emotividade e o cuidado ao próximo, acompanhadas de elegância e sentimentalismo. Essas características relativas ao feminino se distanciam da representação de um indivíduo prático e capaz de realizar determinadas funções. Isso viabiliza a falta de reconhecimento da mulher dentro de tal contexto, em que elas são silenciadas e desacreditadas por teoricamente não apresentarem adjetivos instrumentais que poderiam proporcionar igualdade ao seu gênero oposto. Um bom exemplo a respeito desse fato pode ser apontado pela noção de que o sexo feminino, possuindo as características anteriormente citadas, é considerado inadequado para cursos de exatas, enquanto o masculino é amplamente encorajado, o que faz com que as mulheres acreditem serem menos dotadas, e optem pela escolha de outras áreas, reproduzindo as desigualdades.

À vista disso, os aspectos socioculturais, como os estereótipos, que definem papéis desiguais para homens e mulheres, permitem a formação de preconceitos que se traduzem em atitudes discriminatórias, tal qual o sexismo. Esse compreende avaliações negativas dirigidas às mulheres sob a forma institucional, que vai indicar as diferenças de valor dessas na sociedade, e, também, sob a forma interpessoal, que pode desencadear inúmeros tipos de violência às mesmas. (MESQUITA FILHO e col., 2011, p.556).

O sexismo expõe-se como um resquício da cultura patriarcal, isto é, como um instrumento utilizado por indivíduos do sexo masculino a fim de garantir as diferenças de gênero. As quais se legitimam através das atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas por instituições que as normatizam, sendo parte da lei invisível que prioriza o sexo masculino (FERREIRA, 2004, p.120).

É possível verificar uma ambivalência desse sexismo, coexistindo dois tipos correlacionados, o hostil e o benévolo. O hostil, na porção perceptível, é entendido quando há a convicção da superioridade masculina, refletindo antipatia e intolerância aos seres inferiores.

[...]sexismo hostil refere-se a atitudes prejudiciais em relação às mulheres, articulando-se em torno das seguintes ideias: 1) um paternalismo dominador, entendendo que as mulheres são mais frágeis e inferiores aos homens, legitimando a figura dominante masculina; 2) a diferenciação de gênero competitiva, ou seja, considerar que as mulheres são diferentes dos homens e que não possuem as características necessárias para triunfar no âmbito público, pelo que devem permanecer na área privada (para a qual estão preparadas); 3) a hostilidade heterossexual ou considerar que as

mulheres têm um “poder sexual” que as tornam perigosas e manipuladoras dos homens (MESQUITA FILHO e col., 2011, p.556).

Já o sexismo benevolente, surgiu na idade contemporânea, na falsa ideia de igualdade entre os gêneros, baseando-se na negação de que ainda se faz presente discriminações contra a figura feminina. Ele é assim pronunciado, pois supostamente indica uma atitude positiva em relação à mulher, aparentemente não preconceituosa.

Os principais aspectos do sexismo benévolo são: 1) o paternalismo protetor; 2) a diferenciação de gênero complementar, ou seja, considerar que as mulheres têm por natureza muitas características positivas que complementam às dos homens; 3) a intimidade heterossexual, caracterizada por considerar a dupla dependência dos homens em relação às mulheres (dependem delas para criar seus filhos(as) e para satisfazer suas necessidades sexuais e reprodutivas) (MESQUITA FILHO e col., 2011, p.556).

A correlação desses dois tipos de sexismo reforça a ideia defendida por Ferreira (2004) de que ambas os tipos são segmentos do sistema de recompensas e punições aplicadas, de maneira diferenciada, conforme as posições na hierarquia de gênero. Diante disso, considerando que o sexismo benevolente tende a ser mais bem tolerado, visto que é mais confortável, e em consequência, mais complexo de se combater, constata-se um processo de encadeamento do sexismo benevolente e hostil que dificulta a implementação de um ambiente de real igualdade de gênero.

Portanto, os estereótipos de gênero compactuam com a dominação masculina, estando embutidos no social, posto que, desde a infância, as mulheres são colocadas como sentimentalistas e ensinadas a serem adoráveis com todos, e os homens são incentivados a desenvolver condutas competitivas e agressivas, demonstrando poder pela força física, que poderá ser usada como recurso para manter a mulher no seu lugar de submissão. Logo, a partir de detalhes sutis da socialização dos seres, a criança é preparada para o espaço público, reservado ao masculino e, portanto, o mais violento, e o privado, reservado ao feminino. Essa assimetria justifica desigualdades e exclusões e gera polos de opressores e oprimidos, que se manifestam com maior visibilidade nas relações de gênero no espaço público e privado, atingindo mulheres de diferentes partes do mundo, perpassando etnias, raças e classes sociais.

2.3 A inserção das mulheres na academia brasileira

Ao analisarmos a atual situação brasileira da mulher no meio acadêmico, os dados mais recentes do INEP, de 2017, apontam que elas são 55% dos estudantes ingressantes, 57%

dos matriculados e 61% dos concluintes dos cursos de graduação. Porém, a trajetória necessária para que isso ocorresse foi longa e, ainda hoje, existe uma luta dentro desse espaço para o reconhecimento da mulher enquanto profissional igualmente capacitada e competente em comparação ao outro gênero.

Fazendo uma retrospectiva, o ingresso das mulheres na academia de forma legal ocorreu em 19 de abril de 1979, com a Reforma Leôncio de Carvalho ou “reforma do ensino livre” que, apesar de introduzir escolas mistas para crianças de até 10 anos, o currículo era diferenciado de acordo com o gênero, sendo as meninas ensinadas trabalhos manuais femininos, pois para exercer o papel de esposa e mãe esperado para a época, não era concebível não aprender tais habilidades. O ensino superior já era uma realidade existente no Brasil desde 1808, quando a família real veio para o país, a demora de mais de 70 anos para que as mulheres pudessem ingressar na faculdade se deu por causa da mentalidade da sociedade de que esse local não seria adequado para “moças do lar”. Além disso, é importante ressaltar, que a maioria das mulheres do Brasil Império vivia em situação de dependência e inferioridade com pequena possibilidade de instrução, em algumas famílias mais abastadas recebiam noções de leitura, mas dedicavam-se, sobretudo, as prendas domésticas e as boas maneiras, além da formação moral e religiosa, pois o objetivo prioritário era prepará-las para o casamento (ARANHA, 2006, p. 229).

Com a chegada da república em 1889, o sistema educacional começou um processo de renovação, em que surgiram escolas especificamente para as mulheres, onde ocorria o aprendizado de disciplinas voltadas à economia doméstica e puericultura, ou seja, agora cabia à escola e não mais a família a preparação da dona de casa, através de um método científico e racional (GARCIA, 2014, p. 4-5).

Como citado anteriormente, os papéis de gênero nunca permitiram uma emancipação completa das mulheres, fazendo com que sempre estivessem atrás de alguma figura masculina, sabe-se que isso se dá por causa do patriarcado que rege as normas sociais como um todo.

O acesso igualitário no ensino básico só ocorre na segunda metade do século XX, como propõe Gomes (2014): “[...] a educação das mulheres só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971 com a LDB (Lei nº 5.692, de 11 de agosto) que atribuiu equivalência entre os cursos secundários”. Com isso, as mulheres poderiam ingressar no ensino superior, pois, conforme o art. 23 da constituição de 1971: os estudos correspondentes à 4ª série do ensino de 2º grau poderão, quando equivalentes, ser aproveitados em curso superior da mesma área ou de áreas afins.

Na segunda metade do século XX, as mulheres conseguiram reverter o hiato de gênero na educação em todos os níveis. Elas souberam aproveitar as oportunidades criadas pelas transformações estruturais e institucionais ocorridas no país. Mas, sobretudo, a reversão do hiato de gênero foi uma conquista que resultou de um esforço histórico do movimento de mulheres, fazendo parte de uma luta mais geral pela igualdade de direitos entre os sexos (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 7).

A importância do acesso das mulheres à academia é, principalmente, pela capacidade de ascensão social e possibilidade de concorrência por melhores postos de trabalho, o que possibilita a independência financeira e com isso, a não dependência de um provedor masculino. Perrot (2007) sintetiza essa dimensão ao afirmar que:

O direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações [do movimento feminista]. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer (PERROT, 2007, p.159).

A entrada das mulheres nas universidades, espaços tradicionalmente masculinos, não significa necessariamente uma mudança nas relações de gênero, embora crie um novo contexto. Ao mesmo tempo em que indica sinais expressivos de novos modelos do feminino, menos articulados exclusivamente ao espaço doméstico, também apresenta traços marcantes de uma cultura patriarcal ainda presente em diversas esferas da vida social. A vivência acadêmica ainda é um desafio, já que a universidade é um espaço que também reproduz machismo, sexismo e perpetua a dominação masculina.

3 MÉTODO

Seguindo uma abordagem qualitativa, essa pesquisa aborda as questões que envolvem a opressão de mulheres no ensino superior. O objetivo da mesma é investigar de que forma os estereótipos de gêneros compactuam com a dominação masculina e afetam as mulheres que estão inseridas na academia. Dessa forma, contamos com a participação de 3 mulheres, com idades entre 19 e 35 anos, de diferentes níveis socioeconômicos e presentes em cursos diversos dentro da universidade. Nosso propósito é identificar como é a vida acadêmica das mulheres em uma sociedade marcada pela subordinação dessas ao gênero masculino.

Para tanto, para a produção teórica, inicialmente, tivemos em mente o que estava sendo buscado, tendo em vista a problemática retratada, para a formação de um grupo de ideias que, posteriormente, foi transcrito. Após esse feito, iniciamos uma revisão bibliográfica do tema proposto, verificando materiais que abordam as consequências dos papéis de gênero na

atuação de mulheres na universidade, e que facilitou a condução dos procedimentos de coleta de dados.

Essa, por sua vez, foi feita pelo uso da entrevista individual semiestruturada, que tem como princípio uma conversação dirigida a um determinado propósito, e que de acordo com Triviños (1987) pode ser assim definida:

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p.146)

Isso posto, compreende-se que a escolha desse tipo de entrevista se deu pelo fato de que, como aponta Manzini (1990/1991) “[...] esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.” Em outras palavras, ela permite a utilização de um roteiro de perguntas com alguma fundamentação teórica sobre o tema, ao mesmo tempo em que abre espaço para o surgimento de novas questões, sendo um método de trocas verbais e não verbais entre o participante e o pesquisador. Destarte, através dela, ao seguir esse roteiro flexível, que deixou a conversa fluir mais livremente, foi possível atingir as concepções e visões mais próximas da realidade das universitárias.

No entanto, seguindo a lógica de Duarte (2004), realizar entrevistas que buscam uma conversação mais ou menos livre e que atenda aos objetivos da pesquisa não é uma tarefa banal. À vista disso, para a realização de uma entrevista cumpridora desses critérios, fizeram-se necessárias algumas considerações, como, por exemplo, um planejamento da atuação durante o contato com as entrevistadas, tendo cuidado para que não fossem aplicados juízos de valores que poderiam interferir na coleta de dados. É importante se atentar, também, à elaboração do roteiro, que apresentou perguntas que se adequam à linguagem formal e que não influenciavam nas respostas.

Ademais, foi fundamental a utilização de um termo de consentimento, com o intuito de garantir o respeito às entrevistadas, para que estas se sentissem confortáveis durante o processo. E como as participantes igualmente consentiram, as entrevistas foram gravadas, em seguida, literalmente transcritas, e, em última instância, elas foram analisadas pelo método “análise de conteúdo”. Esse, de acordo com Bardin (1977), consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Por conseguinte, a priori entendemos que as atitudes exploratórias aumentaram a extensão e profundidade da temática em questão. Visto que a análise de livros e artigos deu base à estruturação do referencial teórico e da entrevista, com a formulação de questões que visavam respostas coerentes com aquilo que estava sendo pesquisado. A posteriori, a transcrição das entrevistas juntamente com o método de “análise de conteúdo” possibilitou a aquisição dos conhecimentos presentes tanto no que estava sendo propriamente dito, quanto no que estava nas reticências, figuras de linguagem e nas entrelinhas. Tudo isso viabilizou o alcance dos objetivos e propostas feitas durante a pesquisa, de modo a privilegiar a multiplicidade e importância dos aspectos que a compõe.

3.1 Caracterização das entrevistadas

A primeira entrevista foi realizada no dia 24 de agosto e contou com a participação de *Simone* que, assim como as duas outras entrevistadas, lhe foi designado um nome fictício para proteger sua privacidade. Simone tem 22 anos, se autodeclara branca, de classe média, e, atualmente, é estudante de psicologia e estagiária na área. Sua trajetória acadêmica teve início no curso de biomedicina, no qual não se identificou. Por esse motivo, ela resolveu abandonar o mesmo e se voltar para a medicina. Nisso, a entrevistada ficou durante dois anos estudando e se esforçando para conseguir fazer tal curso. Após esse período, Simone passou no vestibular de medicina, mas decidiu desistir de tudo e ir para a psicologia, iniciando seus estudos em 2019, por uma universidade particular de Belo Horizonte.

A segunda entrevista, realizada após 3 semanas, no dia 14 de setembro, foi feita com a estudante *Dilma*, que cursa psicologia em uma universidade particular de Belo Horizonte, e que no momento da entrevista estava com 35 anos. A entrevistada se autodeclara branca e de classe alta, já possui uma graduação anterior em ciências biológicas, e é mãe solteira, fato que se tornou um diferencial na hora da entrevista, posto que suas vivências diferem de uma estudante mais jovem e sem filhos, o que enriqueceu bastante a pesquisa.

E, por fim, as entrevistas terminaram no dia 21 de setembro, contando com a presença da estudante de Arquitetura, *Marielle*. Esta, por sua vez, possui 19 anos, se autodeclara preta, de classe baixa e é formada em técnico de hospedagem. Nos dias atuais, a entrevistada cursa o

primeiro semestre de Arquitetura ofertado por uma faculdade pública de Minas Gerais. Por estar iniciando a graduação Marielle tem pouca experiência no meio universitário, no entanto, em razão de suas características, ela dispõe de uma vivência diferente das demais, sendo, portanto, suas contribuições de suma relevância.

	Entrevistada Simone	Entrevistada Dilma	Entrevistada Marielle
Cor/ Etnia/ Raça	Branca	Branca	Negra
Classe social	Média	Alta	Baixa

4 ANALISE DA PESQUISA DE CAMPO

4.1 Estereótipos de gênero percebidos no ambiente universitário e no mercado de trabalho, e os seus impactos na vida das mulheres

A partir da análise das entrevistas realizadas foi possível perceber a existência de estereótipos de gênero que afetam de forma negativa a vivência das mulheres na universidade. Um ponto de convergência entre todas as entrevistadas foi a expectativa gerada pela sociedade machista pela escolha da graduação de forma correlacionada ao gênero, ou seja, é esperado que mulheres escolham cursos voltados a área da saúde, educação ou ciências humanas, enquanto homens deveriam se dedicar à engenharia, exatas ou tecnologia. Em uma das entrevistas, Marielle (19 anos, cursando arquitetura) torna isso explícito ao dizer: “[...] a distinção de aquele curso sempre vai ter só garotas, ou aquele curso sempre vão ter só homens, principalmente em engenharia.” Desse modo, o relato da entrevistada Marielle demonstra a presença das expectativas citadas em relação à presença dos gêneros nas universidades e traz consigo uma visão de ocupação desigual dos mesmos.

Outro ponto que foi citado nas entrevistas é referente à constante necessidade de reconhecimento que é cobrada das mulheres, como forma de garantia da qualificação que esta tem. Apesar de ser esperado que uma pessoa prove seu potencial, as entrevistadas relataram que, quando se é mulher, essa necessidade é maior, posto que o potencial intelectual desse gênero sempre foi questionado.

Mesmo no meio acadêmico ou no profissional, mesmo quando você vai atuar naquilo que você está estudando há cinco anos para fazer, eu não acho que tem um reconhecimento assim, até do senso comum mesmo, se você para pra pensar em determinadas profissões e você questiona as pessoas sobre quem é a pessoa que exerce aquele determinado trabalho, quem tem mais reconhecimento? [...] Eu acho que a gente perpetua muito isso de vangloriar certos homens e certas personalidades principalmente no meio acadêmico (MARIELLE, 19 anos, estudante de arquitetura).

Assim como o relato da Simone (22 anos, cursando psicologia), que demonstra o preconceito dentro da área da psicologia.

Isso não passa de um absurdo de uma sociedade extremamente machista, mas a gente percebe, assim, atualmente, eu acho que na área de psicologia clínica é um pouco mais difícil, mas na área de RH que as pessoas lidam diretamente com empresas gigantes, de sei lá, banco, ou empresas que precisa trabalhar no RH mesmo de algum lugar, eu acho que isso acontece mesmo, essa desvalorização do seu trabalho simplesmente por você ser mulher, sendo que não faz o menor sentido com a formação que a gente tem, o que estampa isso são os dados da pesquisa. Eu percebo que as mulheres são muito mais acadêmicas que os homens em uma maioria das vezes e que o reconhecimento disso lá na frente não condiz (SIMONE, 22 anos, estudante de psicologia).

Dessa maneira, um dos grandes impactos na vida das mulheres universitárias é a baixa autoestima intelectual, visto que a todo momento lhes é questionado se, de fato, possuem os requisitos básicos para a realização do trabalho e dos estudos. É possível observar como isso é uma perspectiva machista e excludente ao considerarmos que “Durante séculos, as mulheres estiveram excluídas da produção e da apropriação do conhecimento científico; inclusive, muitos cientistas como Darwin, Thorndike e Galton argumentavam que elas eram intelectualmente inferiores” (PRADO et al., 2011, p. 134-145).

Por comumente não serem consideradas possuidoras de um intelecto capaz, muitas vezes as mulheres buscam se portar de maneira semelhante à esperada por homens para serem levadas a sério. Como é o caso de uma docente citada por Marielle:

[...] eu tive uma professora que ela era bem carrasca, ela realmente performava uma professora muito durona na hora que ela ia dar aula e tudo mais, e a gente sentia que aquilo era para as pessoas darem mais moral para ela, sabe? (MARIELE, 19 anos, estudante de arquitetura).

Pode-se perceber, assim, que para ter certo reconhecimento, não só essa mulher citada por Marielle, mas como várias, se espelham em pessoas do sexo masculino de referência ao seu redor.

Não obstante uma extensa lista de estereótipos relatados, quando Dilma (35 anos, estudante psicologia), nossa entrevistada que, além de estudante, também é mãe, citou as dificuldades vivenciadas por ela na procura de emprego, acreditamos ser de extrema importância a exposição desse problema, posto que muitas vezes não são consideradas a experiência de mulheres mais velhas. Foi relatado durante a entrevista que, frequentemente, perguntas sobre a vida pessoal, planejamento familiar e expectativa de gravidez eram realizadas para selecio-

nar quem estava apto a ocupar a vaga, mesmo sendo inconstitucional, pois, de acordo com a lei n. 9029/95

Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.”Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995 (Brasil, 1995).

Citado de forma mais aprofundada no Art. 2º:

Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias:

I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;

II - a adoção de quaisquer medidas, de iniciativa do empregador, que configurem:

- a) indução ou instigamento à esterilização genética;
- b) promoção do controle de natalidade, assim não considerado o oferecimento de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados através de instituições públicas ou privadas, submetidas às normas do Sistema Único de Saúde - SUS.

Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995 (Brasil, 1995).

Dilma relata situações vividas por ela e também por algumas outras amigas, o que permite concluir que é uma situação comum que as mulheres experienciam quando ingressam no mercado de trabalho. Em razão disso, nota-se que há um número menor de mulheres nesse meio, o que ocasiona uma falta de independência financeira e, conseqüentemente, dificulta o processo de emancipação necessário para que, finalmente, nos vejamos livres de tais estereótipos nocivos, pois se sabe que a influência cultural os mantém ou os reforça, constituindo tanto barreiras externas quanto internas às mulheres, como, por exemplo, menos oportunidades de ascender em um cargo ou a crença limitada no próprio potencial. (REIS, 2005)

4.2 Visão das mulheres entrevistadas sobre si mesmas: dentro ou fora do esperado pela sociedade

O patriarcado utiliza de formas sutis para o controle das mulheres. Diante disso é de extrema importância tentar reconhecer quais papéis são representados e ocupados pelas mesmas na sociedade, e isso não é uma tarefa fácil, visto que compreender a opressão que é imposta e reafirmada diariamente é um processo dolorido e lento, que mexe com as estruturas que são consideradas, mesmo que de modo equivocado, originárias do ser humano.

Portanto, a pergunta realizada na entrevista, “Você, particularmente, acredita que se encaixa dentro de tais estereótipos?”, buscava elucidar se as entrevistadas possuíam consciência sobre os motivos de suas ações e também das ações dos outros para com elas. De forma geral, todas as entrevistadas acreditam que se encaixam nos estereótipos, algumas mais e outras menos, mas invariavelmente, que estavam “pré-destinadas” a cumprir certas expectativas sociais.

Eu acho que eu posso me encaixar em alguns sim, porque é muito estrutural essa coisa do que que é de homem, o que que é de mulher, e, às vezes, a gente faz certas escolhas nos limitando [...] (DILMA, estudante de psicologia, 35 anos.).

Os diferentes papéis de gênero impostos, assim como as normas sociais e expectativas acerca do que é adequado ao masculino e ao feminino podem vir a influenciar comportamentos, aspirações e modos de atuar tanto na vida pública quanto na privada, resultando em desigualdades. O âmbito educacional, embora considerado indutor de mudanças, encontra-se refletindo os aspectos da sociedade, podendo ser ainda reconhecida no mesmo a perspectiva masculina como referência universal, caracterizada por Beauvoir (1949). Assim, identificam-se algumas disparidades de gênero na academia através de indicadores como a representatividade de homens e mulheres nas diversas áreas do conhecimento, nas atribuições, promoções acadêmicas, na disparidade salarial, na produtividade e nas posições ocupadas na estrutura hierárquica. (FARBER, VERDINELLI, RAMEZANALI, 2012)

A percepção da influência das expectativas sociais na construção da subjetividade do sujeito permite que haja de forma ativa alguma mudança por parte do mesmo. A entrevistada Simone, ao perceber a falta do livre arbítrio nas suas ações, consegue enfrentar o sistema, uma vez que se libertar de paradigmas relacionados ao gênero é o primeiro passo para acabar com o gênero propriamente dito, gerando a emancipação necessária para as mulheres.

Ah, eu acho que sim. Não tem muito como não se encaixar né? Sei lá. Eu entendo que muito do que eu faço ou deixo de fazer, de certa forma, não é por livre arbítrio, é por uma coisa já enraizada em mim, faz sentido? Tipo, um exemplo bobo, a roupa que eu uso, por exemplo, eu aprendi a gostar dessas roupas porque, sei lá, desde sempre foi assim... Igual não é comum ver menino de vestido, não é porque menino não pode usar vestido, é porque não é bem aceito. Então, assim, acho que me encaixo super, parando pra pensar agora, talvez mais do que eu me dê conta (SIMONE, 22 anos, estudante de psicologia).

Além dessas disparidades relacionadas ao gênero, uma das preocupações na hora da realização das entrevistas foi a diversificação das mulheres que iriam participar, pois, é neces-

sário considerar os diversos aspectos sociais e culturais que podem influenciar na discriminação no espaço acadêmico, principalmente quando consideramos que existe uma forte relação entre educação e igualdade ou desigualdade. As taxas de analfabetismo mostram-se consistentemente maiores entre mulheres negras do que brancas, por exemplo, o que confirma a existência de uma interseccionalidade que precisa ser considerada. Um dos motivos que explicam essa discrepância entre mulheres letradas e não letradas é a necessidade de dedicação exclusiva a tarefas domésticas entrelaçadas à subordinação racial, que formam um conjunto de obstáculos poderosos para aquisição de destrezas educacionais (BONDER, 1994).

Marielle, nossa entrevistada autodeclarada negra, conseguiu transmitir através do relato de algumas vivências como a reafirmação de sua competência e capacidade de aprendizado é algo que necessita ser feito de forma consistente, quase diária, o que causa um esgotamento “[...] desconstrução em casa, desconstrução no trabalho, desconstrução em todos os âmbitos da sua vida, então você fica meio esgotado sabe?”. Destarte, a vivência da mulher preta não é equiparável a de outras mulheres, não de forma comparativa, mas sim, somatória, ou seja, estudar e enxergar a vivência dessa etnia é também procurar soluções e criar espaços de discussão sobre o tema.

A percepção da existência de um estereótipo se mostrou incômoda para as três entrevistadas, na medida em que, em suas respostas a vontade de não compactuar com esse sistema opressor se mostrou presente através de falas como a de Simone “[...] entender o que é esperado de mim faz com que eu consiga entender o que é uma vontade genuína minha e o que foi colocado como obrigatório por eu ser mulher”, ou de Marielle “Sei que devo reproduzir algumas atitudes sexistas sem perceber, mas fico atenta sempre que possível para isso não ocorrer”. Além disso, a diferença de idade e de nível socioeconômico contribuiu para que a vivência e, conseqüentemente, a forma de enxergar as repressões fossem diferentes. Nossa entrevistada mais velha, Dilma, apesar de sentir incômodo com as limitações apresentadas pelos estereótipos de gênero, não apresenta uma atitude tão pró-ativa quanto às das mulheres mais novas.

Eu acho que me acostumei com certas frases ou atitudes direcionadas à mim, sabe? Quando percebo que estou sendo diminuída eu costumo só não prestar atenção, ao invés de ir discutir com a pessoa. Eu tenho por mim que as pessoas não vão mudar o que pensam e o que aprenderam há anos nessa sociedade, principalmente os homens mais velhos, quem pode mudar sou eu, então eu estou sempre aprendendo sobre. (DILMA, 35 anos, estudante de psicologia).

4.3 Possíveis medidas que podem ser adotadas buscando a redução das atitudes discriminatórias sofridas pelas mulheres universitárias

Durante as entrevistas foi questionado às três participantes como presenciarem atitudes discriminatórias, seja em primeira ou terceira pessoa, lhes faziam sentir, com o intuito de poder entender, mesmo que superficialmente, os impactos psicológicos que podem ser causados e, quais seriam algumas possíveis medidas que poderiam ser adotadas para reduzir esse desconforto. Ao analisar as respostas foi possível perceber que o sentimento de impotência, injustiça e, conseqüentemente, raiva por não conseguir mudar a situação, são os mais comuns. A entrevistada Simone descreveu como uma “angústia”.

É uma angústia, eu me sinto muito injustiçada, eu me coloco no lugar daquela pessoa porque, às vezes, eu não soufriso diretamente, mas a partir do momento que tem uma pessoa que é igual a mim no quesito, que poderia ser eu naquele lugar pelo simples fato de eu ser mulher, aquilo dói em mim, sabe? É uma dor compartilhada, é uma injustiça compartilhada a partir do momento que aquela mulher tá sendo atingida, eu estou sendo atingida e no futuro pode ser eu (SIMONE, 22 anos, estudante de psicologia).

A entrevistada Marielle se sente “bem inferiorizada”.

Ah, bem inferiorizada, né? Tipo, você se sente meio sem saída e você vê que não tem muita projeção, sabe? Porque quando a gente fala dessas questões, não tem um pozinho que vai resolver e pronto: as pessoas não mais machistas, as pessoas não são mais racistas, acabou (MARIELLE, 19 anos, estudante de arquitetura).

Por último, Dilma demonstrou desconforto, deixando claro que iria se posicionar diante uma injustiça.

Eu me posiciono, eu me posiciono. Se for uma coisa que eu consiga falar com a pessoa ou pelo menos blindar pessoa que tá sendo assim, [...] talvez proteger, não deixar ela ouvir alguma coisa. Me faz mal ver injustiça e se eu ver qualquer tipo de injustiça, principalmente relacionado a gênero, qualquer tipo deles, eu vou ficar incomodada, eu vou me posicionar, óbvio não vou caçar briga nem nada, mas eu vou me posicionar[...]. Eu não consigo deixar isso (DILMA, 35 anos, estudante de psicologia).

A legitimação de papéis de gênero que não necessariamente são condizentes com o real possibilita a disseminação de crenças que estabelecem a condição do masculino como norma, o que, por sua vez, legitima injustiças e discriminações direcionadas ao feminino. O princípio básico da discriminação encontra-se na negação das mulheres como possuidoras de direitos iguais aos homens. Segundo dados de uma pesquisa de 2015 feita pelo instituto Avon e

Data Popular, 1 a cada 100 mulheres afirmaram já terem sofrido algum tipo de violência na universidade, e quando incentivadas por uma lista com várias violências, esse número subiu para 67. (SCAVONE et. Al., 2015). Com base nisso, depreende-se que as injustiças sofridas por mulheres em função de seu gênero afetam mais da metade das universitárias, podendo ser mais ou menos explícitas, e dificultam o pleno gozo do espaço que elas ocupam.

Diante do exposto, algumas medidas são passíveis de serem adotadas para que se estabeleçam formas de tornar a vivência feminina no meio acadêmico igualitária a masculina, em que os direitos sejam mantidos independentes de gênero. Simone descreve que isso poderia ser viável pelas:

“[...] escolas, as escolas fazerem um trabalho de conscientização sobre sexismo, tratar a questão de igualdade sem tanta complexidade, são só pessoas diferentes, mas elas podem chegar no mesmo lugar” (SIMONE, 22 anos, estudante de psicologia).

Seguindo essa perspectiva, a educação se tornaria responsável pela mudança de comportamento, pois através dela seria ensinado aos outros a tratar o semelhante como igual, fato que refletiria no futuro das mulheres universitárias.

Outra questão relevante foi apontada por Marielle, que expôs a importância de se incentivar as mulheres ao seu redor a entrar para a universidade, buscando coisas novas além do que lhes é imposto e ocupando os espaços que lhes são seus por direito. Já a entrevistada Dilma sugeriu uma inserção de profissionais acadêmicos mais diversa e pautada pela experiência.

[...] fazer um comitê, com pessoas diferentes, né? Para discutir quem poderia dar aula, o que seria melhor. Independente de estereótipos, né? Baseado em experiência, qualidades, em inteligência emocional [...] Eles estão preparados, eles têm um currículo excelente para dar aula, mas eles têm a inteligência emocional para lidar com tantas pessoas diferentes e de opiniões tão distintas? Então eu acho que talvez uma questão mais imediata, mais emergencial, seria fazer uma comissão de avaliação [...] (DILMA, 35 anos, estudante de psicologia).

O desejo de mudança para a criação de ambientes mais justos e sem desigualdades advém da convicção de um grupo ou de uma sociedade que acreditam que vale a pena lutar por algumas causas, por exemplo, pelo direito das minorias. Sendo as mulheres concebidas como uma minoria, a luta pela mudança se faz presente, e as desigualdades de gênero são encaradas como um mal a ser combatido. À vista disso, as universidades, na posição de disseminadoras de conhecimento, não devem apenas refletir o patriarcalismo da sociedade. Elas possuem um papel fundamental nesse contexto, sua missão é propiciar um avanço social no sentido equitativo, promovendo a democracia e pautando suas políticas em princípios de igualdade, para

que, desse modo, passamos a tolerar aquele que nos é semelhante, e as mulheres sejam vistas enquanto portadoras de direitos assim como os homens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a sociedade construiu em torno de si um senso comum, crenças, valores e atitudes acerca do sexo feminino e do masculino, os chamados estereótipos de gênero. Esses foram enraizados no coletivo, cristalizando ideias que dizem respeito aos sujeitos e que abrem possibilidades de julgar positiva ou negativamente cada gênero de acordo com o desempenho de seus papéis, se tornando o marco inicial para a construção de um sistema desigual. A reprodução de tal sistema encontra-se em todos os setores sociais, inclusive nas universidades, que foi o foco do presente artigo. Nesses ambientes, é comum se deparar com a legitimação da subordinação feminina ao domínio do poder masculino, e as entrevistas realizadas, juntamente com toda pesquisa e produção teórica, corroboraram com a ideia de que os estereótipos estão intrinsecamente ligados à perpetuação dessa dominação.

Como visto durante o desenvolvimento da pesquisa, a quantidade de mulheres que iniciam uma vida acadêmica está em constante crescimento desde a década de 1980. Assim sendo, existe a necessidade crucial de tornar esse espaço o mais igualitário possível, de forma a viabilizar o desenvolvimento cognitivo e social pleno dessas mulheres. Com a expansão do feminismo e do reconhecimento das desigualdades existentes entre os gêneros, o acesso a pesquisas e artigos sobre o tema são cada vez mais disponíveis, dando maior visibilidade à existência feminina com todas as suas discriminações, e através disso tornando factível uma mudança dessa realidade.

Em contrapartida, apesar do crescente acesso a materiais que retratam a mulher como um sujeito particular social com direitos inalienáveis, grande parte deles não são escritos por mulheres, em primeira pessoa, ou seja, escrevem-se através do olhar do outro. Desse modo, pelo artigo ter sido elaborado por duas mulheres contando, também, com a participação de três entrevistadas com diferentes vivências, a percepção do objeto de estudo torna-se mais verossímil. Destarte, a temática escolhida foi eleita por diversos motivos, tanto para agregar na produção científica acadêmica, quanto para demarcação política, isto é, ocupar um espaço que é por direito garantido às mulheres.

Com isso, o desenrolar da pesquisa e das entrevistas, considerando o que foi analisado e seus objetivos, permitiu concluir que a perpetuação dos estereótipos de gênero compactua com a dominação masculina no ambiente acadêmico. Foi pontuado que os papéis atribuídos

às mulheres têm influência já na escolha de suas futuras profissões, constatando a minoria feminina em cursos de exatas e maioria em cursos da saúde. Além disso, as entrevistadas relataram sentimentos de inferioridade, raiva e desânimo perante uma sociedade desigual e sexista, o que dificulta um aproveitamento amplo das oportunidades oferecidas pelas universidades, visto que, o esforço que deveria ser exclusivamente educacional, é gasto na repetição da garantia da qualidade ou competência da estudante, que não deveria nem ser questionado em primeiro lugar.

Por fim, entende-se que os estereótipos de gênero estão tão arraigados que refletem uma clara segregação. Logo, esse artigo levou a percepção de que os indivíduos diferem, mas que tais diferenças não podem ser justificativas de desigualdades. Sendo assim, a universidade como formadora de consciência e de visões, deve-se fazer efetiva na elucidação de tais questões, se apresentando como construtora da equidade. Por conseguinte, a temática é emergente e o estudo da mesma faz-se extremamente necessário para compreender os preconceitos sofridos dentro desses ambientes e quais seriam algumas mudanças reais cabíveis de serem realizadas. Uma sugestão para uma futura evolução da pesquisa referente ao assunto seria incentivar mulheres a escrever sobre suas vivências, pois, além de uma visão mais aproximada, isso significaria a apropriação de um lugar que lhes pertence, se aproximando um pouco mais da possibilidade de igualdade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1949.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BELO, R. P. et al. Correlatos valorativos do sexismo ambivalente. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 7-15, jan.-abr. 2005.

BELTRÃO, K., ALVES, J.E.D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa, FCC**, São Paulo, V. 39, n. 136, jan/abr 2009.

BONDER, G. Mujer y educación en América Latina: hacia la igualdad de oportunidades. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.6, p.9-48, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. Brasil, 2012

BURAWOY, Michael. As antinomias do feminismo: Beauvoir encontra Bourdieu. In: BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. cap. V, p. 131-157. Disponível em: <http://burawoy.berkeley.edu/Books/Bourdieu.Brazil/5.Beauvoir%20Meets%20Bourdieu.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995 - Publicação Original**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9029-13-abril-1995-348798-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 4 out. 2020.

D'AMORIM, Maria Alice. Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, p. 121-134, dez. 1997. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 05 maio 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 20, n. 24, p. p. 213-225, dez. 2004. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216/1859>>. Acesso em 24 abril 2020

FARBER, Susana Gauche; VERDINELLI, Miguel Angel; RAMEZANALI, Mehran. A universidade está contribuindo para a igualdade de gênero? Um olhar sobre a percepção dos docentes de pós-graduação. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 116-140, jan. 2012. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n4p116>>. Acesso em: 04 out. 2020. doi:<https://doi.org/10.5007/1983-4535.2012v5n4p116>.

FAPERJ. **Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior**. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=2748.2.6>.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 05 maio 2020.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 24 abril 2020.

GOMES, Márcia Cristina. **Gênero e Educação: Mulheres na docência do ensino superior**. Disponível em: www.2coninter.com.br/artigos/pdf/722.pdf

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. p. 117-132, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000500006&lng=en&nrm=iso>.

JUSBRASIL. **Art. 23 da Lei de Diretrizes e Base de 1971 - Lei 5692/71**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12122829/artigo-23-da-lei-n-5692-de-11-de-agosto-de-1971?ref=serp-featured>.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado. In: LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. [S. l.]: Editora Cultrix, 1986. cap. 11.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v.1. t.2.

MELO, Gislane Ferreira de; GIAVONI, Adriana; TROCCOLI, Bartholomeu Torres. Estereótipos de gênero aplicados a mulheres atletas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 251-256, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 05 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000300006>.

MESQUITA FILHO, Marcos; EUFRASIO, Cremilda; BATISTA, Marcos Antônio. Estereótipos de gênero e sexismo ambivalente em adolescentes masculinos de 12 a 16 anos. **Saude soc.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 554-567, set. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000300003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 maio 2020.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, Apr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso>.

OLIVEIRA, Catarina Sales; BOAS, Susana Villas; HERAS, Soledad Las. Estereótipos de gênero e sexismo em docentes do ensino superior. **Rev. iberoam. educ. super**, México, v. 7, n. 19, p. 22-41, mayo 2016. Disponible em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-28722016000200022&lng=es&nrm=iso>. accedido en 30 mayo 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto. 2007.

SCAVONE, Miriam. et al. Violência contra a mulher no ambiente universitário. Data Popular/Instituto Avon: São Paulo, 2015.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Corpo, poder e dominação**: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. Perspectiva, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149, jan. 2003. ISSN 2175-

795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10210>>. Acesso em: 03 mar. 2020. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 556-571, Sept. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009>.

SILVA, D. S. D.; AZEVEDO, N. P. G. D.; FILGUEIRAS, A. D. A. Bela, recatada e do lar: uma análise discursiva das posições-sujeito da mulher na revista *Veja*. **Entretextos**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 209-229, jan/jun. 2007.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. **O conceito de Habitus como processo de incorporação da dominação masculina**: olhares sobre a história da educação feminina. EDUCERE. In: XIII Congresso Nacional de Educação, Curitiba, p. 18425-18433, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26510_12781.pdf. Acesso em: 9 mar. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S; **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. Edição. São Paulo: EDITORA ATLAS S.A. , 1987. p. 145- 152.

VIEIRA, Cristina Maria Coimbra; **Educação familiar**: estratégias para a promoção da igualdade de gênero. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.